

Educação sexual nas séries iniciais do ensino fundamental: o que educadoras da rede municipal de ensino de Pires do Rio (Goiás) têm a dizer?

Daniela Cristina Paes¹, Ana Paula Favorito² & Randys Caldeira Gonçalves³

RESUMO

O objetivo deste estudo foi verificar como a temática sexualidade tem sido trabalhada nas séries iniciais do ensino fundamental em instituições de ensino público de Pires do Rio (Goiás). Para isto, foi realizada uma pesquisa qualitativa com utilização de um questionário investigativo. Participaram da pesquisa 21 professoras. Muitas professoras, participantes deste estudo, alegaram que realizam a educação sexual no ambiente escolar e se julgam bem informadas quanto a questões relativas à sexualidade infantil. Porém, referiam que se sentem constrangidas e incapazes de realizar a educação sexual. As professoras deixam que a iniciativa da abordagem da educação sexual surja através de questões vindas dos discentes. As professoras alegam que dentre os fatores que dificultam a educação sexual, destacam-se o preconceito presente no seio das famílias, a falta de conhecimentos e formação específica para falar sobre a temática e a imaturidade dos alunos devido a pouca idade. As professoras compartilham a idéia sobre a necessidade de capacitação na área da sexualidade infantil para realizar a educação sexual na escola. De acordo com a visão das professoras as famílias não cumprem seu papel em relação educação sexual dos filhos. O presente trabalho aponta que as professoras, participantes deste estudo, devem repensar a prática educativa relacionada à educação sexual infantil, no sentido de superarem as dificuldades, por meio de cursos de formação continuada, leituras, reflexões e discussões sobre o tema.

Palavras-chave: Escola, Sexualidade, Crianças.

Sex education in the initial series of basic education: what the municipal educators network Pires do Rio (Goiás) have to say?

ABSTRACT

The aim of this study was to verify how the theme sexuality has been crafted in the early elementary school grades in public educational institutions Pires do Rio (Goiás). For this, a qualitative study using an investigative questionnaire was performed. The participants were 21 teachers. Many teachers participating in this study, claimed that perform sex education at school and consider themselves well informed on issues related to child sexuality. But they feel constrained and unable to perform sex education. Teachers leave the initiative of the sex education approach arises through coming issues of students. The teachers claim that among the factors that hinder sex education, we highlight the bias present within families, lack of knowledge and specific training to talk about the theme and the immaturity of students due to young age. The teachers share the idea about the need for training in the area of infantile sexuality to conduct sex education in school. According to the vision of teachers families do not fulfill their role regarding sexual education of children. This paper points out that the teachers participating in this study, should rethink the educational practice related to child sexual education, to overcome difficulties, through continuing education courses, readings, reflections and discussions on the topic.

Keywords: School, Sex, Children

Autor para correspondência: Randys Caldeira Gonçalves

Universidade Federal de Goiás, GO, Brasil.

E-mail: randyscaldeira@hotmail.com

Recebido em: 14 ago. 2015

Aceito em: 14 out. 2015

Editor responsável: Prof. Dr. Guilherme Malafaia

¹Universidade Anhanguera de Goiânia, GO, Brasil.

²Rede Estadual de Ensino de Goiás, GO, Brasil.

³Universidade Federal de Goiás, GO, Brasil.

INTRODUÇÃO

A sexualidade humana é desenvolvida espontaneamente desde as primeiras experiências afetivas do bebê com a mãe (Suplicy, 1999; Nunes e Silva, 2000; Yano e Ribeiro, 2011) e passa por diferentes fases de desenvolvimento em todo período da infância, até que o indivíduo atinja a maturidade sexual na fase adulta (Rodrigues e Wechsler, 2014). Contudo, em nossa sociedade, por uma questão de valores socioculturais, a sexualidade infantil é uma temática extremamente revestida de preconceitos, mistificações e discriminações, pois se faz presente à concepção que as crianças são seres “assexuados” (Furlani, 2007; Martins et al., 2012).

A negação da sexualidade na infância constitui um problema para a ampliação de espaços de diálogo entre pais, filhos e professores, perpetuando dúvidas e questões a serem elucidadas, reduzindo a compreensão do tema. Privar uma criança do exercício de sua sexualidade e do acesso à informação acerca do assunto, conforme discutido por Yano e Ribeiro (2011), é violar um direito necessário ao desenvolvimento humano e do exercício de cidadania das crianças.

As crianças, apesar de terem uma visão muito limitada da sexualidade, precisam ser instruídas sobre o assunto para que o seu desenvolvimento seja o mais natural e saudável. Ensinaamentos seguros e livres de preconceito acerca da sexualidade, desde cedo, são fundamentais para que as crianças, na adolescência, e na vida adulta, possam tomar atitudes e decisões mais responsáveis no que diz a respeito à sua própria conduta sexual, podendo se prevenir de sérias consequências de atos relacionados à sexualidade (Crivelari, 2007).

Acredita-se que a falta de educação sexual adequada desde a infância (que é a origem de todo o processo de educação), é um fator de vulnerabilidade para situações de riscos relacionados ao exercício da sexualidade (Rodrigues e Wechsler, 2014), em especial, práticas do sexo inseguro, gravidez indesejada, contágio de infecções sexualmente transmissíveis como a AIDS (ou SIDA - Síndrome da Imunodeficiência Adquirida), aborto, entre outros problemas, como crimes sexuais, prostituição, pedofilia e traumas psicológicos e emocionais resultante da vivência de uma sexualidade frustrante (Brasil, 1997). Portanto, não restam dúvidas, que é de extrema importância que toda e qualquer temática relacionada à sexualidade sejam tratadas naturalmente desde a infância para o bem estar das crianças na vivência de sua sexualidade atual e futura.

Considerando que a sexualidade é um assunto de difícil discussão no meio familiar, seja

por medo, angústia ou falta de informação e insegurança dos pais; muitos preferem que a escola (espaço social preponderante de formação de crianças e adolescentes para a vida coletiva) ajude a esclarecer as dúvidas e distorções aprendidas pelas crianças acerca da sexualidade através da promoção da educação ou orientação sexual (Gonçalves, Faleiro e Malafaia, 2013), temática regulamentada na transversalidade, pelo Ministério da Educação através dos Parâmetros Curriculares Nacionais para a educação básica (PCNs) (Brasil, 1997).

A escola, por meio de um trabalho planejado, sistemático e contínuo, é tida como o lugar privilegiado e apropriado para complementar à educação sexual realizada pela família. No entanto, conforme apontam alguns estudos, a escola não tem se constituído num espaço aberto para a expressão de dúvidas, inseguranças, medos, angústias, frustrações, crenças e conquistas acerca de questões relativas à sexualidade dos seus alunos em virtude do despreparo dos professores em promover intervenções práticas e críticas diante do tema (Garcia, 2005; Jardim e Brêtas, 2006; Ramiro e Matos, 2008; Maistro et al., 2009 e Bomfim, 2009).

É inegável a importância de estudos acerca da sexualidade na vida dos seres humanos, em especial na infância, momento importante do desenvolvimento humano onde as questões correlatas à sexualidade ainda está sendo construídas. Do ponto de vista educacional, estudos sobre o tema em questão é imprescindível para obter informações que possam auxiliar no planejamento de ações educativas eficientes que favoreçam o desenvolvimento das crianças.

Apesar de muitas pesquisas e discussões em torno da educação sexual na adolescência, com temas em torno de prevenção e conhecimentos de doenças sexualmente transmissíveis (dentre elas destacando-se a AIDS.); uso e conhecimento sobre métodos contraceptivos e gravidez na adolescência; estarem ganhando amplitude, atualmente, relativamente pouca informação tem sido gerado acerca da educação sexual infantil no ambiente escolar, sobretudo, como a temática sexualidade vem sendo trabalhada/abordada, por educadores, nas séries iniciais do ensino fundamental.

São estas as questões norteadoras da reflexão que permeiam este estudo: como à sexualidade infantil vêm sendo discutida nas instituições de ensino infantil? Há qualidade nas discussões das questões referentes à sexualidade infantil? Os professores da educação infantil estão devidamente preparados para dialogar abertamente sobre o tema com as crianças e lidar com as mais adversas situações? Há necessidade de

formação específica para os educadores da educação infantil na área da sexualidade?

O objetivo deste estudo foi verificar como a temática sexualidade tem sido trabalhada nas séries iniciais do ensino fundamental em instituições de ensino público de Pires do Rio (Goiás). A hipótese de que os docentes atuantes nas séries iniciais do ensino fundamental não estão cumprindo seu papel no que se refere à educação sexual integrada no processo de formação do indivíduo em suas múltiplas e variadas dimensões foi considerada inicialmente.

MATERIAL E MÉTODOS

A presente pesquisa (qualitativa de caráter descritivo e exploratório) foi desenvolvida, de março a maio de 2015, nas escolas municipais de Pires do Rio (Sudeste do Estado de Goiás) que ofertam a primeira fase do ensino fundamental.

Dados da Subsecretaria Municipal de Educação de Pires do Rio (SMEPR) apontam para existência de oito escolas, todas localizadas na zona urbana do município (SMEPR, 2015). Destaca-se que, tanto as professoras efetivas, quanto as substitutas (contratadas) puderam participar da pesquisa.

Para a coleta de dados, utilizou-se um questionário investigativo, autopreenchível e sem identificação, composto por questões objetivas e discursivas. O instrumento buscou conhecer informações quanto ao perfil sociodemográfico do público investigado (idade, sexo, estado civil e religião), bem como informações abrangentes sobre as concepções e práticas das educadoras acerca de questões relacionadas à sexualidade, destacando a ocorrência da abordagem da educação sexual junto às crianças, se as professoras da educação infantil se sentem devidamente preparadas para dialogar abertamente sobre a sexualidade e lidar com as mais adversas situações que envolvam a temática, se julgam necessária formação específica em educação sexual para lidarem com o assunto no ambiente escolar. Ressalta-se que por meio deste questionário, as participantes puderam responder não apenas o que lhes forem propostos, mas também se deparar com questões provocativas, que lhes deram a oportunidade de refletir acerca do trabalho realizado em sala de aula no que tange a educação sexual.

Para a coleta de dados, primeiramente, foi feito, o pedido de autorização ao secretário municipal de educação do município estudado por meio de uma carta de solicitação para realizar a coleta dos dados junto aos docentes atuantes na educação infantil. Na carta havia informações acerca da pesquisa, seus objetivos, sua relevância, o nome dos pesquisadores responsáveis e telefones para contato. A partir da autorização do secretário municipal de ensino, todos os docentes atuantes na educação infantil foram convidados a participar voluntariamente da pesquisa, proporcionando-lhes informações sobre o estudo.

Os dados foram tabulados no programa Microsoft Excel 2007. Para análise quantitativa de respostas das questões fechadas do questionário foi utilizada estatística descritiva (frequências simples). Para interpretação qualitativa das questões de respostas abertas, foi utilizada análise de conteúdo proposta por Bardin (1977).

Considerando que este estudo envolveu diretamente seres humanos, cabe destacar, que foram tomados todos os cuidados éticos apropriados ao tipo de população investigada neste estudo, conforme orientações éticas da resolução nº 466, de 12 de dezembro de 2012 do Conselho Nacional de Saúde do Ministério da Saúde (Brasil, 2012).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Após a visitação de todas as escolas municipais de Pires do Rio (Goiás) 21 professoras (pertencente ao sexo feminino) aceitaram participar da pesquisa (o que corresponde 40,8% do número total). Todas as professoras, participantes do estudo, apresentam nível de escolaridade superior; apresentando a maioria (71,4%, n= 15) habilitação em Pedagogia. Com relação à experiência no magistério, 23% (n=05) têm de um a cinco anos de experiência profissional, 42,9% (n=09) de seis a dez anos de atuação, 9% (n=04) de 11 a 15 anos, e 14,3% (n=03) possuem significativa experiência, lecionando a mais de quinze anos.

Outro aspecto considerado diz respeito à qualificação acadêmica. Observou-se que 71,4% (n= 5) das professoras apresentam algum curso de pós-graduação, limitada ao nível de especialização *lato sensu*. A religião predominante foi a católica, com 42,9% (n=14) de representantes. A Tabela 1 descreve de modo geral as características das professoras estudadas.

Tabela 1. Descrição das professoras atuantes nas séries iniciais do ensino fundamental da rede municipal de ensino de Pires do Rio (Goiás).

Características	Número absoluto (n)	Percentual (%)
Sexo		
Feminino	21	100
Estado civil		
Solteiro	14	66,7
Casado	04	19
Divorciado/Separado	01	4,8
Não respondeu	01	9,5
Religião		
Católico	9	42,9
Evangélico	07	33,3
Espírita	01	4,8
Não respondeu	04	19,0
Faixa etária (anos)		
21 a 30	05	23,8
31 a 40	12	57,1
41 a 50	02	9,5
Não respondeu	02	9,5
Experiência docente (anos)		
1 a 5	05	23,8
6 a 10	09	42,9
11 a 15	04	19
> 15	03	14,3
Formação		
Pedagogia	15	71,4
Geografia	02	9,5
História	01	4,8
Letras	03	14,3
Pós-graduação		
Sim	15	71,4
Não	06	28,6
Natureza da Pós-graduação		
<i>Lato sensu</i>	15	100

Quando as professoras foram questionadas se abordam a educação sexual junto às crianças, a maioria (57,1%, n=12) responderam que “sim”; indicando, a abertura de espaços sobre reflexão e discussões de dúvidas e curiosidades com as crianças referentes à sexualidade, possibilitando suprir possíveis carências existentes no contexto familiar.

Sobre a forma que as docentes abordam a sexualidade, as professoras afirmaram que ela ocorre a partir de uma situação apresentada pelos alunos, de modo superficial, e está inserida em um contexto biológico e higienista do corpo, conforme pode ser visto nas transcrições das falas:

-“Quando surge o assunto tento passar a resposta que procuram” (Professora do terceiro ano, 38 anos)

-“Conforme surgem as perguntas e os interesses de forma muito superficial” (Professora do quarto ano, 50 anos)

-“Sempre que necessita de forma contextualizada” (Professora do quarto ano, 38 anos)

-“Fazendo que eles percebam as transformações que estão ocorrendo no próprio corpo, no respeito que devem ter com o seu próprio corpo e também no que se refere à higiene do corpo” (Professora do quinto ano, 35 anos)

-“Realizo conversas informais a respeito” (Professora do terceiro ano, 33 anos)

Como se verifica, as professoras fazem a abordagem da educação sexual somente quando os alunos imitem questões e levantam dúvidas relacionadas com a temática. Desta forma, as intervenções realizadas por meio da educação sexual no ambiente escolar são voltadas ao esquecimento no âmbito formal e intencional de sua organização. Cabe salientar, que a educação sexual no ambiente escolar, deve ser instituído, de forma formal, contínua e sistemática, não apenas com ações pontuais e/ou isoladas, conforme se observou neste estudo.

Na presente pesquisa, outro argumento evocado pelas educadoras, é que as informações no âmbito da sexualidade passam por explicações

sobre conceitos fisiológicos (funcionamento do corpo e das mudanças que acompanham o seu desenvolvimento) e higienista. Cumpre ressaltar, que apesar de haver ocorrido avanços na introdução da educação sexual nas escolas, algumas pesquisas têm revelado que as práticas educativas ainda estão reduzidas a informações científicas de dimensões biomédicas cujos objetivos explícitos se vinculam em informar quanto a doenças sexualmente transmissíveis (DST), sistema reprodutor, desenvolvimento do corpo, contracepção, dentre outros conteúdos ligados ao corpo biológico (Tonatto e Sapiro, 2002; Marola, Sanches e Cardoso, 2011).

Esse tipo de abordagem de sexualidade pela escola apesar de necessária é restrita para o desenvolvimento e amadurecimento psicoafetivo das crianças. Pesquisas sinalizam que para a formação integral da criança a educação sexual deve focar questões atreladas ao afeto, emoções, desejos, família, amor, auto-estima, preconceitos, diversidade sexual e estereótipos entre outros (Frade et al, 2010; Groth, Thomé e Rosa, 2011), ou seja, uma educação sexual emancipatória, voltada a promover no indivíduo uma sexualidade gratificante, socialmente livre e responsável (Garcia, 2005).

As professoras deste estudo que não trabalham a educação sexual ressaltaram que isso ocorre porque (i) a temática não é cobrada por parte da escola pesquisada, (ii) porque consideram os alunos novos para falarem a respeito do assunto e outra professora pontuou (iii) que não houve a oportunidade para falar sobre o assunto, como se verifica nas respostas a seguir:

-“Porque não é cobrado que se trabalhe” (Professora do segundo ano, 29 anos)

-“Porque não houve oportunidade, necessidade” (Professora do segundo ano, 33 anos)

-“Porque minhas crianças são pequenas e observo que ainda não despertaram interesse para com o assunto, todavia, se for necessário trabalho o tema” (Professora do terceiro ano, 30 anos)

-“Alguns são mais espertos que outros, já sabem e começam com assuntos mais fortes, e eu fico em um beco sem saída” (Professora do terceiro ano, 33 anos)

Cumpre ressaltar que as crianças têm o direito de ter acesso a informações consideradas essenciais na constituição de sujeitos plenos por meio de um processo educativo que forneça valor e significado à vida. Assim, a educação sexual tem como propósito oferecer às crianças orientações para o desenvolvimento de sua afetividade e fortalecimento da sua auto-estima e na prevenção

de futuros traumas resultantes da vivência de uma sexualidade frustrante.

Desse modo, percebe-se que a escola, espaço primordial onde são aprendidos valores éticos e humanitários, assume uma função importante na educação sexual das crianças. No entanto, em muitos casos, os professores apresentam dificuldades em trabalhar com os seus alunos os diversos temas e aspectos vinculados à sexualidade, sobretudo, pela falta de conhecimento, apoio ou orientação para debater o tema (Marola, Sanches e Cardoso, 2011).

Observou-se neste estudo, que a maioria das professoras entrevistadas (71,4%, n=15) afirmaram que se sentem inseguras e até mesmo constrangidas para abordarem a educação sexual na escola. Mesmo as professoras (n=6) que dizem promover a educação sexual no cotidiano escolar confessaram não se sentem preparadas para trabalhar no universo da sexualidade com seus alunos.

Gonçalves, Faleiro e Malafaia (2013) dizem, com base em estudos de outros pesquisadores, que os motivos pelas quais os docentes, em geral, não gostam de falar sobre assuntos referentes à sexualidade, ancoram-se em variados fatores, como a inibição/timidez, insegurança, falta de preparo oriundo das lacunas de formação docente; da reprodução da repressão sexual a qual os educadores foram submetidos e até mesmo da ideia de que o tema deva ser tratado exclusivamente pela família.

Outro aspecto a ser pontuado é que muitos educadores evitam promover o diálogo sobre a sexualidade em sala de aula porque possuem a idéia que a sexualidade é algo pecaminoso e profano. Esse comportamento reflete a grande influência religiosa do catolicismo na sociedade ocidental. Por muitos séculos a igreja católica, com base no modelo de família patriarcal considerou (com seu moralismo) o prazer sexual como pecaminoso, e, assim, proibido, imoral, sujo e repulsivo (Vitiello, 1997).

Para a igreja católica a sexualidade era tida como um mal necessário, admissível apenas por ser indispensável à função procreativa (Vitiello, 1997). É explícito, mesmo nos dias de hoje, que a igreja católica, por meio de normas de condutas e atitudes impostas (valores cristãos), interfere nas ações e modos de agir das muitas famílias, sobretudo na maneira de perceber e vivenciar a sexualidade, fazendo com que tabus e preconceitos do passado permaneçam até nossos dias.

O fato é que o exercício pleno da sexualidade, em nossa cultura, ainda tem sido reservado aos adultos, isto porque, de um modo geral, muitos, encorrem no erro de associar e limitar

a sexualidade ao sexo com significado de ato sexual conforme destacam Gir et al. (2000), Ribeiro (2004), Gonçalves et al. (2012) e Gonçalves, Faleiro e Malafaia (2013). Sendo assim, é impensável admitir vivências e expressões de sexualidade na infância, e devido a isso, a sexualidade infantil acaba sendo um tema nunca pensado e pouco falado e refletido por muitas famílias e educadores.

E preciso conceber que a sexualidade vai além da genitalidade (órgãos sexuais) e ultrapassa o ato sexual em si, conforme destacam Vitiello (1997) e Heilborn (1999). O que deve ser lembrado é que a sexualidade humana não é sinônimo de coito e não se limita a conduta sexual. A sexualidade envolve atitudes e ações que estão presentes no ser e agir do indivíduo e se expressa na maneira de ser e de estar no mundo.

As professoras justificaram que os principais fatores que dificultam a educação sexual na escola são: (i) o preconceito presente no seio das famílias no que concerne à sexualidade, (ii) a falta de conhecimento e formação para falar sobre a temática e a (iii) imaturidade dos alunos devido a pouca idade dos mesmos, conforme se observam nos depoimentos a seguir:

-“Porque muitos alunos nesta faixa etária (9 – 11 anos) vêm de uma convivência familiar complicada e com alguns conceitos totalmente equivocados no que se refere à sexualidade e não recebem bem o que queremos passar a eles” (Professora do quinto ano, 35 anos)

-“Porque a faixa de idade deles ainda não permite esse assunto” (Professora do segundo ano, 38 anos)

-“Pela minha formação, ainda, em alguns casos me sinto constrangida, inibida” (Professora do segundo ano, 50 anos)

- “Porque a formação que recebi não dá base para isso” (Professora da segunda série, 24 anos)

-“Por mais que eu sei fico com medo de alguns modos de falar” (Professora do segundo ano, 30 anos)

-“Eles não estão preparados para certas informações” (Professora do terceiro ano, 30 anos)

-“Não me sinto a vontade, pois alguns pais são bem exigentes e reclamam” (Professora do terceiro ano, 33 anos)

Pode-se levantar a hipótese que a vergonha e o constrangimento em estabelecer um diálogo a respeito da sexualidade por parte das professoras pesquisadas, refetem a herança cultural vivida e transmitida pelas famílias. Para Carradore e Ribeiro (2002) os constrangimentos ou não, os silêncios ou as falas, os gestos, as expressões, as proibições existentes na família, são significativos e direcionam os indivíduos para determinadas atitudes e comportamentos frente à sexualidade. Portanto, depreende-se que aqueles

indivíduos que receberam uma educação sexual emancipatória e libertária, baseada na franqueza, naturalidade e responsabilidade, estão mais abertos em abordar o assunto. Por outro lado, uma educação extremamente repressiva e autoritária ou indiferente, por meio de verbalizações e/ou posturas, por parte dos pais, pode restringir nos filhos o conhecimento sobre questões relativas à sexualidade e desencadear tabus, preconceitos, crenças e princípios rígidos que são levados para a vida adulta e muitas vezes repetidos por várias gerações.

É interessante frisar que a partir dos dados coletados, evidenciou-se em alguns dizeres a concepção de que a pouca idade dos alunos é um dos entraves que interfere na abordagem da sexualidade no ambiente escolar. É preciso entender, que a educação sexual não se restringe a uma faixa etária específica, haja vista que a sexualidade é um componente integrante da vida de qualquer ser humano e aflora sob diferentes formas, contextos e práticas ao longo da vida. É importante ressaltar, ainda, que independente da faixa etária, as crianças querem e necessitam receber informações sobre os vários aspectos ligados à sexualidade para que possam ter uma vivência positiva e harmoniosa.

O mais importante é tratar o assunto com naturalidade e as informações devem ser introduzidas na medida certa, sem deixar muito vago e não suprir as necessidades imediatas de conhecimento das crianças e também sem ultrapassar demais informações, dando mais do que os elas próprias querem e conseguem aprender (Nunes e Silva, 2000; Santos e Rubio, 2013). Nessa perspectiva, é consenso que os docentes devem variar na profundidade dos assuntos apresentando diferentes enfoques e ênfases compatíveis à capacidade cognitiva da criança, ou seja, o nível de entendimento/compreensão dos mesmos.

Levando em conta que os professores são sujeitos ativos na construção do saber e que aqueles que não possuem informações específicas voltadas na área da sexualidade acabam encontrando obstáculos para tratar do assunto e assim, auxiliar as crianças nesta área do desenvolvimento humano, buscou identificar se as professoras se julgavam bem informadas sobre assuntos relacionados à sexualidade na infância. Um total de 85,7% (n=18) das entrevistadas se consideram bem informadas, 9,5% (n=02) não se julgavam bem informadas e 4,8% (n=01) não responderam a questão. Estes dados se mostram controversos, pois, conforme apresentado anteriormente, muitos docentes além de não desenvolverem a educação sexual não se sentem a vontade para falar sobre o assunto com os alunos.

Acredita-se, que para tratar a sexualidade em suas várias dimensões com as crianças, é indispensável que os professores atualizem-se sobre o tema em questão por meio de leituras, estudos, reflexões e discussões, é também não tenham medo/vergonha de ultrapassar as barreiras no campo da sexualidade que é cercado de tabus e superstições. Além disso, convém assinalar, que a intervenção pedagógica, no tocante a educação sexualidade, implica na adoção de atitudes e posturas fundamentada na ética, profissionalismo, afetividade e principalmente no profundo respeito à diversidade de valores e crenças dos alunos relativos à sexualidade, uma vez, que cada família possui uma história, uma bagagem pessoal e vivências culturais diferentes.

Outro aspecto pesquisado refere-se há ocorrências de perguntas sobre assuntos ligados à sexualidade por parte dos alunos e, se as perguntas ocorrem, quais são as mais frequentes. Constatou-se que, apenas 23,8% (n=5) dos docentes afirmaram que os alunos fazem perguntas direcionadas à sexualidade, sendo que as mais comuns estão relacionadas à (i) virgindade, (ii) namoro, (iii) beijo, (iv) pornografia, (v) nascimento e (vi) alterações biológicas/fisiológicas do corpo humano.

Embora a sexualidade surja no exato momento em que o indivíduo nasça e o acompanhe ao longo do seu desenvolvimento (Carvalho, 2008); às crianças recebem, desde muito cedo, uma qualificação ou julgamento do mundo adulto frente à manifestação de curiosidade acerca de temas que envolvem a sexualidade. Todavia, é pertinente entender que as crianças de maneira inconsciente apresentam tendências/impulsos sexuais (tais como ereção, masturbação, simulações e fantasias sexuais e interesse pelos genitais e pelas diferenças entre meninos e meninas) o que desperta nelas dúvidas, curiosidade e questionamentos em relação à sexualidade.

Durante a infância é muito natural que as crianças façam aos pais e educadores questionamentos sobre sexo, diferenças anatômicas entre homens e mulheres, mais propriamente, os órgãos genitais (adulto ou criança), gravidez (de onde vêm os bebês?) e namoro/beijo, já que, existe naturalmente na criança a vontade de conhecer e entender a si própria e o mundo ao seu redor.

Torna-se necessário compreender que as curiosidades das crianças no campo da sexualidade fazem parte de seu desenvolvimento e o estabelecimento de ações educativas acerca da sexualidade ajudam as crianças na solidificação/consolidação da sua auto-estima e na formação da identidade sexual dos mesmos. Portanto é necessário respeitar e responder as

indagações e dúvidas das crianças de forma esclarecedora por meio de um diálogo franco permeado de honestidade e confiança.

Qualquer que seja o questionamento referente à sexualidade que uma criança faça é essencial responder com honestidade, não tratar o assunto como se fosse impróprio para a criança; restringir à pergunta feita e não estender; levar em conta os conhecimentos que as crianças possuem; usar linguagem simples, direta e de fácil entendimento e fornecer explicações claras de acordo com o grau de amadurecimento da criança e no momento em que ela solicita.

No presente estudo, verificou se os docentes identificam manifestações de sexualidade em seus alunos, e, em caso afirmativo, como se posicionam diante disso. Das professoras, 52,4% (n=11) alegaram que já vivenciaram alguma situação que envolvesse manifestações de sexualidade dos alunos no ambiente escolar. Embora a sexualidade infantil seja diferente da sexualidade adulta é necessário compreender que as manifestações da sexualidade por parte das crianças são normais e desejáveis.

É fundamental compreender que a sexualidade faz parte do ser humano desde seu nascimento, e, por essa razão, manifesta-se, diariamente (em circunstâncias aparentes ou não) (Groth, Thomé e Rosa, 2011) em todo e qualquer espaço em que a criança está inserida (Jesus, 2007), pois a sexualidade é experimentada ou revelada numa multiplicidade de formas e contextos (Frade et al., 2010; Groth, Thomé e Rosa, 2011).

Enfatiza-se que a falta de conhecimento acerca das manifestações da sexualidade das crianças por parte das professoras, participantes deste estudo, certamente, está relacionada ao despreparo técnico com falta de informações para a análise do comportamento infantil em relação à sexualidade.

As educadoras afirmaram que lidam com as manifestações de sexualidade das crianças com orientações e explicações, conforme relatos destacados a seguir:

-“Lido com isso, de maneira a sanar dúvidas ou minimizá-las” (Professora da segunda série, 40 anos)

-“Converso e oriento” (Professora da segunda série, 32 anos)

-“Quando é indevido, com certeza me posiciono” (Professora da segunda série, 29 anos)

-“Tento tratar o assunto de forma natural explicando sobre as diferenças que estão ocorrendo no corpo e que eles ainda irão observar entre homens e mulheres” (Professora da quinta série, 35 anos)

É interessante assinalar que os professores, frente à curiosidade e aos comportamentos sexuais manifestados pelas crianças em sala de aula (tais como beijos, exploração do corpo do colega, atitudes que aparentam homossexualidade e jogos sexuais) devem orientar o manejo desses comportamentos, sem passar valores morais reprovadores e preconceituosos como se a sexualidade fosse algo negativo, feio ou pecaminoso (Nunes e Silva, 2000).

No tocante a educação sexual, o fato é que, há uma forte tendência dos adultos de ignorar e reprimir erroneamente os primeiros movimentos exploratórios que as crianças fazem em seu corpo (tais como expor e tocar seus órgãos sexuais), e aos jogos e brincadeiras de natureza sexual com as demais crianças da mesma idade (tal como a observação e exploração do corpo do colega). Há que se ressaltar que quando a expressão da sexualidade é ignorada, ou ainda negada, colabora para que crianças tenham uma visão distorcida e equivocada da sexualidade, a qual pode trazer danos posteriores, como comportamentos e atitudes preconceituosas. Cabe aqui frisar que na área da sexualidade o essencial é promover o desenvolvimento de comportamentos e atitudes que possam perpetuar condutas apropriadas com vista ao bem estar e à felicidade ao longo da vida do indivíduo (Carvalho, 2008).

Diversos autores têm mostrado através de estudos, que a formação/capacitação docente, referente à sexualidade, é fundamental, uma vez que os mesmos têm papel preponderante para suprir dúvidas concernentes a sexualidades dos alunos. Embora seja primordial, a formação/capacitação de professores para o trabalho com a educação sexual, a produção acadêmica tem revelado o despreparo dos professores diante do tema (Bomfim, 2009; Jardim e Brêtas, 2006; Ramiro e Matos, 2008).

Quando questionados se os cursos de formação inicial para professores preparam os docentes para a abordagem da educação sexual no ambiente escolar, 66,7% (n= 14) afirmaram que sim. Um total de 71,4% (n=15) das docentes afirmaram que os cursos de formação inicial lhes ofereceram preparação para a realização de educação sexual na escola. Contudo, vale lembrar que somente 57,1% (n=12) das professoras afirmaram que trabalham a educação sexual. Tal circunstância levou a questionar a eficácia/qualidade da abordagem da educação sexual nas instituições pesquisadas.

No que diz respeito à necessidade de uma capacitação específica para trabalhar com a educação sexual, 85,7% (n=18) das professoras julgaram ser "importante", para que possam desempenhar uma ação pedagógica que contemple

a educação sexual de forma adequada e efetiva, conforme demonstrado nas transcrições a seguir:

-“Os professores preparados vão ter mais liberdade de várias colocações sobre o assunto” (Professora da primeira série, 38 anos),

-“Uma capacitação vai preparar os docentes para trabalhar o assunto com mais segurança, até mesmo orientar os familiares da criança” (Professora da quinta série, 35 anos)

-“Por ser um tema complexo” (Professora da segunda série, 30 anos)

-“É sempre bom estar oniante que vai afirmar e exemplificar” (Professora da terceira série, 33 anos)

-“Porque é necessária formação continuada, principalmente sobre um assunto em constante presença entre os alunos” (Professora da segunda série, 29 anos).

Levando em conta que é fundamental que a educação sexual seja promovida tanto na instituição escolar como na familiar, as professoras, participantes deste estudo, foram questionadas se a família cumpre seu papel em relação educação sexual dos filhos. Um total de 90,5% (n=19) das professoras respondeu que acreditam que não. É importante entender que a educação sexual é prioritariamente uma competência da família (por serem os pais os mais importantes educadores) e a escola é considerada uma parceira e aliada neste processo (Marques, Vieira e Barroso, 2003; Almeida, 2005, Bié, Diógenes e Moura, 2006). Contudo, a escola é para muitas crianças e jovens o único meio de informação sobre questões concernentes à sexualidade.

Autores como Gonçalves, Faleiro e Malafaia (2013), por meio de diversos estudos, discutem que dentre os fatores ligados à ausência de discussões em torno da sexualidade dentro do espaço familiar, sobressai o valor negativo atribuído a sexualidade, a crença que os filhos são “seres assexuados”, a ideia de que o diálogo antecipa a prática sexual, e o fato dos pais se sentirem despreparados e tímidos em tratar do assunto oriundo da deseducação sexual na qual foram vítimas.

CONCLUSÃO

Os resultados revelam que, apesar das professoras, participantes deste estudo, afirmarem que realizam a educação sexual no ambiente escolar e se julgarem bem informadas quanto a questões relativas à sexualidade, referem que se sentem constrangidas e incapazes de realizar esta função.

As professoras alegam que dentre os fatores que dificultam a educação sexual na escola, destacam-se o preconceito presente no seio das famílias, a falta de conhecimentos e formação

específica para falar sobre a temática e a imaturidade dos alunos devido a pouca idade. As professoras compartilham a ideia sobre a necessidade de capacitação na área da sexualidade infantil para realizar a educação sexual na escola. As educadoras fazem menção que a família não cumpre seu papel em relação educação sexual dos filhos.

No que concerne à hipótese inicial, a qual a escola não estaria cumprindo seu papel no que se refere à educação sexual integrada no processo de desenvolvimento global do indivíduo, podemos concluir que a escola ainda esbarra em barreiras para o estabelecimento da educação sexual que contribua para o bem-estar e amadurecimento psico-afetivo da criança.

Acredita-se que, as professoras, participantes deste estudo, devem repensar a prática educativa relacionada à educação sexual infantil, no sentido de superarem constrangimentos e dificuldades, por meio de cursos de formação continuada, leituras, reflexões e discussões sobre o tema além de rever seus próprios valores para irem além deles. Faz-se importante um trabalho de capacitação e formação continuada específica no tocante a este assunto para que as professoras possam aprofundar os conhecimentos na área da sexualidade infantil.

Por todos esses aspectos, o isolamento e a caracterização de uma alta porcentagem de cepas do gênero *Staphylococcus* da espécie *S. aureus* em todos os nichos avaliados neste trabalho, ressalta a importância do controle deste micro-organismo na indústria de carnes. Sendo, portanto, necessário a implementação e padronização de medidas de controle que incluem técnicas de higienização, treinamento e conscientização dos profissionais envolvidos na produção alimentos. Além disso, enfatiza-se a importância de rever melhorias para atualização da legislação brasileira em relação à pesquisa de estafilococos coagulase negativa.

REFERÊNCIAS

- Ananou, S., Maqueda, M., Martínez-Bueno, M., Gálvez, A., & Valdivia, E. (2005). Control of *Staphylococcus aureus* in sausages by enterocin AS-48. *Meat Science*, 71, 549–556. doi:10.1016/j.meatsci.2005.04.039
- Almeida AC, Centra ML. A família e a educação sexual dos filhos: Implicações para a enfermagem. *Acta Paulista de Enfermagem*, 22(1): 71-76, 2009.
- Bardin L. Análise de conteúdo. Lisboa: Edições, 1977.
- Bernardi M. A Deseducação Sexual. São Paulo: Summus, 1985.
- Bié APA, Diógenes MAR, Moura RF. Planejamento familiar: o que os adolescentes sabem sobre este assunto? *Revista Brasileira em Promoção da Saúde*, 19(3): 125-130. 2006.
- Bomfim SS. Orientação sexual na escola: tabus e preconceitos, um desafio para a gestão. Monografia (Pedagogia), Universidade do Estado da Bahia, Salvador, 2009.
- Brasil. Ministério da Saúde, Conselho Nacional de Saúde. Resolução nº 466, de 12 de dezembro de 2012. Diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisa envolvendo seres humanos. Brasília, 2012.
- Brasil. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros Curriculares Nacionais: Orientação sexual. Brasília: MEC/SEE, 1997.
- Carradore VM, Ribeiro PRM. Aids e Educação Escolar: algumas reflexões sobre a necessidade da orientação sexual na escola. *Revista do Departamento de Psicologia*, v. 16, 63-84, 2004.
- Carvalho CS. Guia para educadores: Educação da sexualidade. Lisboa: Fundação Secretariado Nacional da Educação Cristã, 2008.
- Crivelari M. Trabalhar a sexualidade: guia prático para professores de ensino fundamental. São Paulo: Editora Lua; 2007.
- Frade A, Marques AM, Alverca C, Vilar D. Educação sexual na escola: Guia para professores, formadores e educadores (8.ª ed.). Lisboa: Texto Editora, 2010.
- Furlani J. Mitos e tabus da sexualidade humana: subsídios ao trabalho em educação sexual. 3. Ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.
- Garcia AM. A Orientação Sexual na Escola: Como os professores, alunos e pais percebem a sexualidade e o papel da escola na orientação sexual. Dissertação (Mestrado), Universidade Estadual Paulista, Bauru, São Paulo, 2005.
- Gonçalves RC, Faleiro J H, Malafaia G. Educação sexual no contexto familiar e escolar: impasses e desafios. *Holos*, 5(29): 251-263, 2013.
- Groth C I, Thomé CL, Rosa, BS. Você sabe o que é Sexualidade?"- Relato de experiência de oficinas de educação sexual na escola. *Roteiro*, Joaçaba, 36(1): 105-128, 2011.
- Heilborn M L. Sexualidade: o olhar das ciências sociais. Rio de Janeiro: Zahar, 1999.
- Jardim, DP, Brêta, JRS. Orientação sexual na escola: a concepção dos professores de Jandira - SP. *Revista Brasileira de Enfermagem*, 59(2):157-162, 2006.
- Jesus R M B. Implicações da ação docente sobre as questões de sexualidade e gênero na escola. *Revista da Faculdade de Educação da Universidade Federal da Bahia*, n.11, p. 189-199, 2007.
- Labronici LM. Eros propiciando a compreensão da sexualidade das enfermeiras. 2002. 135f. Tese (Doutorado em Filosofia, Saúde e Sociedade), Programa de Pós-graduação em Enfermagem, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2002.

Maistro VIA, Arruda SM, Júnior AL. O papel do professor em um projeto de educação sexual. In: ENPEC, 7, 2009, Florianópolis. Anais VII ENPEC, Florianópolis: ABRAPEC, 2009.

Marola G, Sanches CSM, Cardoso LM. Formação de conceitos em sexualidade na adolescência e suas influências. *Psicologia da Educação*, 33(95):118, 2011.

Marques MFC, Vieira NC, Barroso MG. Adolescência no contexto da escola e da família: uma reflexão. *Revista Saúde, Família e Desenvolvimento*, Curitiba, 5(2): 141-146, 2003.

Martins CBG, Almeida FMA, Alencastro, LC, Matos KF, Souza PSS. Sexualidade na adolescência: mitos e tabus. *Ciencia y enfermeira*, 18(3):25-37, 2012.

Ministério da Educação, Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Brasília: INEP, 2009.

Nunes C, Silva E. A educação sexual da criança: subsídios teóricos e proposta práticas para uma abordagem da sexualidade para além da transversalidade. Campinas: Autores associados, 2000.

Ramiro L, Matos M G. Percepções de professores portugueses sobre educação sexual. *Revista de Saúde Pública*, 42(4):684-692, 2008.

Ribeiro M. Educação sexual na escola. In: BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. Sexualidade, prazer em conhecer. Rio de Janeiro: MCE, 2004.

Rodrigues CP, Wechsler, AM. A sexualidade no ambiente escolar: a visão dos professores de educação infantil. *Cadernos de Educação: Ensino e Sociedade*, Bebedouro-SP, 1(1):89-104, 2014.

Santos, IA, Rubio JAS. A Orientação Sexual nos anos iniciais do Ensino Fundamental: Possibilidades e Desafios. *Revista Eletrônica Saberes da Educação*, volume 4, n.1, 2013.

Subsecretaria Municipal de Educação de Pires do Rio (SMEPR). Disponível em: <http://www.educacao.go.gov.br/subsecretarias/?Piresdorio>. Acesso em 15 de Abril de 2015.

Suplicy M. Papai, mamãe e eu: o desenvolvimento sexual da criança de zero a dez anos. São Paulo: FTD, 1999.

Tonatto, S, Sapiro, CM. Os novos parâmetros curriculares das escolas brasileiras e educação sexual: uma proposta de intervenção em ciências. *Revista Psicologia e Sociedade*, Pelotas, 14(2):163-175, 2002.

Vitiello N. Quem Educa o Educador: Um Manual para Jovens, Pais e Educadores. São Paulo: Inglu, 1997.

Yano KM, Ribeiro, M O. O desenvolvimento da sexualidade de crianças em situação de risco. *A Revista da Escola de Enfermagem da USP*, 45(6):1315-1322, 2011.